

Revolta dos Boxers

Em 1894-95, decorreu a guerra sino-japonesa, que se saldou por um triunfo claro dos nipônicos e o início da sua superioridade na região, traduzida na ocupação de territórios chineses, como a ilha Formosa (hoje Taiwan) ou a Manchúria (anexada em 1932-33). A península da Coreia, na sequência deste conflito entre os dois gigantes asiáticos, conquistará também a independência face à China. Internamente, passa a reinar a confusão política no país e a instalação sucessiva e respectiva exploração econômica por parte das potências ocidentais.

Alguns sectores da sociedade chinesa, nomeadamente o imperador, empreendem então tentativas de reverter a situação para um plano mais favorável à China. Surgem assim os Cem Dias de Reforma em 1898, baseados em ideais de mudança aliados à tradição confucionista chinesa. Todavia, algumas personalidades e grupos conservadores desdenham estes ventos reformadores. De facto, estas reformas caíram logo no envolvimento da rivalidade política da corte e das querelas entre o Imperador e a Imperatriz viúva, para além do antagonismo entre Chineses e Manchus. Éditos vários se sucedem. A imperatriz subleva-se. Faltam as reformas. A China regressa aos velhos métodos.

Em 19 de Junho de 1900, dá-se a revolta dos Boxers (apelido dos membros da "Sociedade dos Punhos Harmoniosos", grupo secreto nacionalista chinês), movimento de carácter xenófobo e tradicionalista, contra a presença e domínio estrangeiro na China. Assassinam-se missionários, convertidos e um ministro alemão; além disso, é montado um cerco às delegações estrangeiras em Pequim. Em Agosto, os ocidentais reagem com tropas: libertam as embaixadas e saqueiam Pequim. A rebelião estende-se a outras províncias (Shensi, Manchúria), mas os Boxers não resistem: o levante foi suprimido por uma intervenção militar estrangeira que proporcionou o único caso na História em que todas as grandes potências atuaram sob o mesmo comando – o alemão, no caso.

Em 1901, assina-se o "Protocolo de Pequim", mediante o qual se outorga, por parte do governo chinês, uma forte indenização econômica aos europeus afetados, a ser cobrada nas alfândegas que passam então a ser administradas por estrangeiros, e se permite a presença de destacamentos militares de proteção aos seus cidadãos e interesses. O malogro desta revolta representou uma grande humilhação em termos exteriores para a China, bem como entre o povo.